



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

247 / 143

3.ª CÂMARA CÍVEL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0109698-8/01

EMBARGANTE: FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS

EMBARGADO: MILTON FEITOSA DÓRIA

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

ACÓRDÃO N.º 03/2010

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DA OMISSÃO ALEGADA. RECURSO CONHECIDO, MAS REJEITADO NO MÉRITO. 1. Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal. 2. Não há vício embargável no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta sob julgamento, apresentando os motivos por que não acolhida a pretensão manifestada. 3. De acordo com o acórdão proferido por esta Câmara Cível, explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação da Corte. *In casu*, não existe o preenchimento dos requisitos do art. 535 do digesto processual invocado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da **Terceira Câmara Cível** do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do voto proferido pelo Desembargador relator.*

Recife, 25 de janeiro de 2010.


Des. Milton José Neves
Relator



248

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

3.ª CÂMARA CÍVEL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0109698-8/01

EMBARGANTE: FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS

EMBARGADO: MILTON FEITOSA DÓRIA

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração voltados contra acórdão desta Câmara que, à unanimidade de votos, negou provimento à apelação interposta pelo ora embargante, cuja ementa foi grafada da seguinte maneira:

Ementa: *APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. DIFERENÇAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ADESÃO A UM REGULAMENTO ORIGINAL NÃO EXIBIDO PELA RÉ. CONTRATO DE ADESÃO. ALTERAÇÃO POSTERIOR QUE FIXOU UM TETO PARA O BENEFÍCIO. INEFICÁCIA COM RELAÇÃO AO AUTOR. PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL DAS PARCELAS. INAPLICABILIDADE DO ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL ANTERIOR. PRECEDENTES DO STJ. APELO E RECURSO ADESIVO NÃO PROVIDOS.*

Em suas razões recursais, o embargante aduz que o acórdão contraria a evidência de que o apelado seguia estritamente o Plano encartado aos autos, contribuindo com o salário de participação. Alega, ainda, que este Juízo *ad quem* cometeu erro material ao afirmar a ocorrência de mudança no Regulamento sem que o embargado concordasse. Afirma, ademais, que houve omissão a respeito do ônus probatório.

Requer, ao final, seja modificada a decisão recorrida, conferindo efeitos infringentes aos presentes aclaratórios.

É o relatório.





VOTO

Ementa: Direito processual civil. Embargos de declaração em apelação cível. Ausência da omissão alegada. Recurso conhecido, mas rejeitado no mérito. 1. Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal. 2. Não há vício embargável no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta sob julgamento, apresentando os motivos por que não acolhida a pretensão manifestada. 3. De acordo com o acórdão proferido por esta Câmara Cível, explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação da Corte. *In casu*, não existe o preenchimento dos requisitos do art. 535 do digesto processual invocado.

No tocante ao pedido que preambula as contrarrazões do embargado, de devolução de prazo recursal, verifico que, nos autos do apelo, à fl. 881, houve o seu deferimento, sem que a parte tenha manejado recurso próprio, restando, portanto, preclusa tal oportunidade.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal.

Em torno da matéria, o Colendo Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Agravo Regimental n.º 169.073/SP, 1.ª Turma, Relator Min. José Delgado, DJ 17.08.98, decidiu que:

"É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio."

Logo, não há vício embargável no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta sob julgamento, apresentando os motivos por que não acolhida a pretensão manifestada pela parte.

Na verdade, todos os pontos ora debatidos foram suficientemente dirimidos pelo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

248-B

julgado colegiado, consoante se pode inferir pela leitura do voto condutor:

O cerne da demanda não é saber se a empresa apelante propalava a idéia de que o plano daria máxima cobertura a quem a ele aderisse (embora argüido pelo autor na inicial e não contestado pelo réu - fls. 3 e 359/381), e sim a nulidade de cláusula posterior que, contrariando a redação originária do regulamento geral, fixou unilateralmente um teto para o benefício, impondo-o já ao autor/apelado, e causando-lhe prejuízos de grande monta.

Ora, não há dúvidas de que entre as partes formou-se uma relação contratual, cujas cláusulas e condições estão contidas no regulamento imposto por um dos contratantes ao outro, razão pela qual tem a natureza de contrato de adesão. E a manifestação de vontade do autor, à época em que foi convencido a aceitá-lo, era no sentido de obter a mesma remuneração da ativa quando aposentado. Daí afirmar, desde a petição inicial, que o regulamento sofreu alterações com as quais não acordou, pleiteando que a ré o exibisse no formato original (fls. 321/322 e 330/331).

De fato, o teto previsto no regulamento só deve ser aplicado aos benefícios daquelas pessoas que ingressaram no plano a partir da vigência dessa alteração. Outra interpretação poderia criar situações abusivas, já que a qualquer momento a empresa poderia limitar os direitos daqueles que investiram pesado para garantir um futuro mais promissor. Nula não é a cláusula, como bem explicita o douto magistrado, e sim inaplicável à hipótese do autor.

Além disso, ao responder as perguntas da apelante, deve-se levar em conta que o perito só tinha como subsídio o contrato inserto nos autos, razão pela qual prudentemente se esquivava de debater questões jurídicas que estavam fora da esfera contábil, a exemplo da discussão acerca da aplicabilidade ou não do teto, muito bem resolvida pela sentença.

O contrato, ou seja, o regulamento original, não foi acostado aos autos pela ré, apesar da reivindicação da parte autora em seu pleito exhibitório. Desta forma, bem colocadas as palavras do Juiz sentenciante, in verbis:

"Na questão de fundo, melhor sorte não aguarda a ré, a qual, basicamente, sustenta a exatidão dos pagamentos já efetuados. O contrário é falado pelo autor. Diz-se com direito a obter suplementação do valor de seus proventos, de modo que o benefício previdenciário lhe seja concedido na proporção de 100% do mesmo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

ganho auferido por um Diretor da Petroflex, pois efetivamente contribuiu para o produto comercializado pela ré, na proporção mensal de 100% de sua remuneração.

Assinala JOSÉ AFONSO DA SILVA (in Curso de Direito Constitucional Positivo, 5ª edição, pág. 698), "o segurado só se aposenta com retribuição igual ao seu salário, quando este for igual ou inferior ao salário de contribuição. Quando o salário for superior a este, se quiser manter o seu padrão terá ele que recorrer ao sistema de previdência complementar, mantido pela própria Previdência Social, como seguro coletivo na forma do artigo 201, § 7º, ou à previdência privada, pagando contribuição adicional".

A opção do autor foi essa última, contudo a demandada nega-lhe o direito, informando a existência de uma limitação no Regulamento, um enclaustramento do máximo.

A Lei nº 6.435, de 15.7.77, ao dispor sobre as entidades de previdência privada, nada esclareceu acerca dos percentuais devidos aos participantes dos Planos, de sorte que as normas de cálculo dos benefícios foram remetidos aos regulamentos a serem baixados pelas entidades.

No caso em julgamento, alega o autor, que quando assinou o contrato original, inexistia qualquer regra limitativa do segurado perceber salário integral, como se estivesse na ativa, e quis provar isso com o pleito exhibitório de documento em mãos da ré. Essa não fez mostra. Restringiu-se a dizer que o seu Regulamento estabelecia uma fronteira quanto ao máximo dos proventos.

Contudo, apega-se o demandante àquele contrato de adesão assinado entre as partes e explícito na demonstração da tese defendida no inicial: não haver linha limitante para o teto.

Para dar musculatura à tese do autor, apurou-se em perícia (conferir fls. 521), a existência de um outro aposentado da ré, Sr. Fernando Roberto Correia Bastos, in casu, servindo de paradigma, percebendo, atualmente, uma suplementação igual àquela aqui perseguida. Logo, é de se deduzir, não havia na época do ajuste, como, aliás, sustenta o autor, cláusula impondo teto de proventos. Proibição de qualquer espécie.

Dai, vem, agora, a repercussão da exhibitória.

ED0109698-8_01 (voto) - 27



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

249

Seu estrondear é um reforço à proposição do libelo. Seu ecoar é contra quem se omitiu de apresentar o documento pleiteado. Se o contrato original, inexistente (e por isso mesmo fazendo prova contra a ré), não limitava o máximo da suplementação de aposentadoria, e se o autor, sempre contribuiu na proporção de 100% de sua remuneração, deverá ter uma recompensa dessa ordem, não podendo ficar a deriva de um máximo criado unilateralmente, e inferior ao percebido quando na atividade.

Em tais condições, acolho todos os pedidos formulados na inicial, compondo a lide da seguinte forma:

Recoloco o contrato aqui discutido, nos moldes em que foi acordado na sua primariedade. Entendo ineficaz - em relação ao demandante (não nulo como pretendido) - a cláusula limitante do art. 13º, § 2º, do Regulamento do Plano de Benefícios da Petros, que fere a convenção originária, contrato que não continha nenhuma regra de encarceramento desse benefício, e em consequência, condeno a ré a pagar ao autor as diferenças de aposentadoria (tudo conforme pleito de fls. 09), com acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária (INPC).

A inicial reclama essa diferença desde maio de 1989, contudo, não a defiro nesses termos, pois, reconheço a prescrição das prestações reclamadas antes do quinquênio anterior à propositura desta lide." (fls. 856/859)

*Conforme se depreende do acórdão embargado, explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação da Corte. Não vislumbro, *in casu*, o preenchimento dos requisitos do art. 535 do digesto processual acima invocado.*

Observe-se que o acórdão firmou posicionamento no sentido de confirmar a sentença que ponderou as consequências processuais do pleito exorbitante inatendido pela parte ré, no tocante aos termos originais do regulamento.

Ao meu visar, o embargante tenta rediscutir questões já decididas e devidamente fundamentadas. Entretanto, os embargos declaratórios não se prestam a esse fim, possuindo natureza meramente integrativa.

Em face do exposto, reputo inexistir causas de embargabilidade na decisão acimada. Meu voto é no sentido de se conhecer do recurso, para fins de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

prequestionamento, rejeitando-o, todavia, no mérito.

Assim é como voto.